



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Temos recebido, incessantemente, queixas contra a falta de qualidade dos serviços públicos, as longas filas de espera e o burocratismo. O Governo tem vindo a lançar lemas, tais como “*ter em atenção as preocupações dos cidadãos*” e “*simplificação administrativa e racionalização de quadros*”, mas nenhuma medida eficaz foi ainda lançada. Em resultado, as questões estão como estão, sem qualquer solução. Por exemplo, no que se refere ao licenciamento de estabelecimentos de comes e bebes, há casos em que jovens que pretendem singrar, pela primeira vez, no empreendedorismo acabam por se deparar com o risco iminente de se esfumar esse seu sonho, porque as rendas têm de ser pagas, mas a actividade não pode ser exercida enquanto não lhes são emitidas as licenças.

Se bem que o Governo tivesse já concluído a fusão de vários serviços públicos, a verdade é que não é ainda notória aos olhos dos cidadãos qualquer melhoria em termos de qualidade dos serviços, sendo ainda baixa a eficácia de alguns serviços correntes prestados, logo, longe de poderem satisfazer as necessidades dos residentes. Além disso, é ainda revoltante que por uma tão baixa eficiência tenhamos de arcar, em sua troca, com tão exorbitantes despesas para a manutenção do seu funcionamento, incluindo as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

altas rendas pagas pelo arrendamento de espaços em propriedade privada para a instalação de serviços públicos, cujas rendas sobem vertiginosamente de ano para ano.

Mais, o Governo utiliza uma forma abstracta e generalista para explicar o conteúdo e as medidas relativas a “*ter em atenção as preocupações dos cidadãos*” e à “*simplificação administrativa e racionalização de quadros*”, tais como os termos “*optimizar*” e “*reforçar*”, sem mais adiantar dados e critérios científicos para alcançar os seus objectivos, por exemplo, uma determinada medida que permita reduzir alguns dias de espera ou poupar anualmente alguns tostões ao Erário Público.

Sendo assim, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas de uma forma **clara, precisa, coerente e em tempo útil**, sobre o seguinte:

1. Todos os serviços e organismos públicos devem fixar, de uma forma concreta e não abstracta ou generalista, os objectivos reais para a optimização dos serviços correntes a prestar aos cidadãos relativamente ao licenciamento/licenças, para que estes dominem o tempo necessário para o efeito. Vai o Governo fazê-lo?
2. De que medidas dispõe o Governo para reduzir as despesas públicas, sem afectar a qualidade dos serviços prestados, e aliviar a pressão dos pesados encargos administrativos que pendem



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sobre os serviços públicos, racionalizando todos os gastos?

3. Em Hong Kong e Taiwan são contratadas organizações para avaliar a eficácia dos serviços públicos, cujo relatório é depois dado a conhecer aos cidadãos. Vai o Governo, a exemplo dessas duas regiões, incumbir uma entidade independente de avaliar a eficácia dos serviços públicos, de forma a permitir que os cidadãos possam verificar se os objectivos da “optimização” ou do “reforço” foram alcançados?

28 de Setembro de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Pereira Coutinho